



IEB

INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2011

Este relatório sintetiza as informações, dados e resultados dos projetos executados pelo IEB ao longo do ano de 2011.

Coordenação Institucional

Alessandra Arantes

Camila Castro

Pesquisa, textos, seleção de imagens e edição

Viviane Junqueira – Semear Educação

Daniela Lima – Semear Educação

Edição de texto final

Maria Emília Coelho

Revisão

Vanessa Coutinho

Maria Emília Coelho

Diagramação

Leandro Celes

Fotos

Equipe IEB

Brasília, 31 de dezembro de 2011

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO

1.1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

2. CONSELHO DIRETOR

3. DIRETORIA EXECUTIVA E EQUIPE

4. LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

5. O IEB

6. NOSSOS NÚMEROS EM 2011

7. PROGRAMAS E PROJETOS

7.1. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

7.2. MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS E GESTÃO TERRITORIAL

7.3. APOIO À PESQUISA, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

7.4. GESTÃO DO CONHECIMENTO

8. GESTÃO FINANCEIRA

1. APRESENTAÇÃO

Mensagem da Diretoria Executiva

Em julho de 2011, após escrever um projeto Gordon Armstrong, nosso Diretor Técnico, pediu três dias de descanso. Depois do terceiro dia, ligou dizendo que continuava cansado. Para uma pessoa que nunca faltou ao trabalho, sua ausência era muito preocupante.

A surpresa de como a doença chegou, e a rapidez como ela evoluiu, surpreendeu a todos. Com o passar dos dias, sua saúde foi se complicando. Comecei a me preparar para o seu não retorno. Levei meses processando o sofrimento que sua ausência causava em mim e em todos do IEB. Em outubro, ficamos sem saber o que fazer e percebemos um vazio na instituição. Começamos então a agir e a dividir as funções que eram atribuídas a ele entre outras pessoas do IEB.

Gordon não voltou mais e nos deixou um imenso vazio. As mudanças definitivas na direção do IEB e dos projetos só foram concretizadas após sua morte, em 30 de dezembro de 2011.

Dele, ficou uma grande saudade e todos os aprendizados que tivemos ao longo de oito anos de convivência. Sua leveza, humildade, efetividade, generosidade, organização e serenidade, seu despojamento e respeito pelos outros. Eu podia ficar aqui listando vários de seus atributos, mas não é o caso. Até porque ele nunca supervalorizou a sua presença, era quase invisível e não precisava de aplausos o tempo todo. Esse era Gordon Armstrong, nosso Diretor Técnico.

Em 2011, começamos a perceber a necessidade de consolidar nossas ações e projetos em programas. Essa mudança vem ocorrendo ao longo dos últimos cinco anos. O IEB está mudando, já não é mais uma organização só de bolsas e só de cursos. Agora, estamos com os pés atolados no chão, trabalhando junto às comunidades. É uma mudança de perfil e de atuação. Também abrimos mais duas portas, um pequeno escritório em São Felix do Xingu, no Pará, e outro em Boca do Acre, no Amazonas.

Com a ampliação da atuação em campo, nossa agenda trouxe novos desafios. Temos uma equipe com 39 pessoas. Somos poucos para alcançar as agendas e os territórios grandes e carentes. Por essa razão, a atuação tem que ser focada e articulada com políticas públicas locais, estaduais e federais, além das parcerias estratégicas. A consolidação do nosso trabalho em campo é um caminho sem volta e muito diferente daquele originalmente pensado para a organização. Precisamos construir agendas mais confluentes e mais sinérgicas entre os projetos que estão nessas regiões. Assim, os projetos que estão em elaboração se adequam com as lacunas dos que estão em execução em uma tentativa, ainda meio deficiente, de pensar as ações mais programaticamente.

Além das nossas estratégias no Pará e no Sul do Amazonas, o IEB também está empenhado em construir uma agenda para o Cerrado. Consideramos importante ter atividades no bioma onde temos sede. O Projeto Bacias é a semente que alia o tema Cerrado e a gestão dos recursos hídricos. O ecomapeamento, metodologia utilizada no projeto, recebeu a certificação de tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil (FBB). Consideramos esse o primeiro resultado estratégico para o Cerrado. Como é da nossa prática, estamos plantando e esperando que esses investimentos se frutifiquem.

Do ponto de vista da gestão institucional, em 2011 fizemos a revisão e reestruturação do Manual de Governança Política e Institucional e do Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros. O projeto Fortalecimento Institucional no Sul do Amazonas (Fortis) foi finalizado em setembro e em dezembro já foi auditado. Isso demonstra que nossa estrutura de gestão administrativa e financeira está mais ágil e cumprindo os prazos.

Nossa expectativa em 2012 é que consigamos acabar com todos os esqueletos deixados por projetos de anos anteriores. Dessa forma, a equipe que já é bem pequena estará mais liberada para cuidar dos projetos atuais. Esperamos em 2012 um IEB mais descentralizado e ao mesmo tempo mais orgânico. A meu ver são transformações significativas e relevantes.

Maria José Gontijo
Diretora Executiva do IEB

2. CONSELHO DIRETOR

Ricardo Verdum

Presidente do Conselho Diretor do IEB

Antropólogo – Assessor de políticas públicas e socioambientais do Instituto de Estudos Econômicos (Inesc)

CONSELHEIROS

Adriana de Carvalho Barbosa Ramos – Jornalista – Coordenadora de Projetos do Instituto Socioambiental (ISA)

Ana Paula Caldeira Souto Maior - Advogada - Assessora do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA)

Suzana Machado Pádua – Educadora ambiental – Presidente do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Ulisses Lacava Bigaton –Jornalista – Oficial Nacional de Comunicação do Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa)

CONSELHO FISCAL

Augusto Cesar da Silva Jucá – Economista – Gerente Executivo da Competitividade Industrial (Compi) da Confederação Nacional da Indústria (*in memorian*)

Eric Jorge Sawyer – Cientista da Computação – Diretor Geral da Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais – Gestor de Projetos do Instituto Ambiental Brasil Sustentável

Christoph Diewald – Economista – Consultor Independente

3. DIRETORA EXECUTIVA E EQUIPE

Maria José Gontijo – Diretora Executiva

Henyo T. Barreto Filho – Diretor Acadêmico

Gordon Armstrong - Diretor Técnico – *in memorian*

Programa Sul do Amazonas

Ailton Dias – Gerente de Programa

Alexandre Goulart – Especialista em Assuntos Indígenas

Andréia Bavaresco – Especialista em Assuntos Indígenas

Cloude de Souza Correia – Coordenador do Projeto Garah itxa

Doney Vitor – Assessor de Campo
Heny T. Barreto Filho – Gerente de Programa e Coordenador de Projeto
Joedson Quintino – Assessor de Campo
José Coelho Spanner – Assessor de Campo
José Strabelli – Consultor
Josinaldo Aleixo – Consultor
Laura Camargo – Assistente de Programa
Marcelo Horta Messias Franco – Assessor de Campo
Rita Martins – Assistente de Programa
Roberta Andrade – Assessora de Campo
Suely Anderson – Coordenadora do Projeto Fortis BR 319

Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar

Manuel Amaral – Gerente
Ruth Corrêa – Coordenadora do Projeto Xingu Sustentável
Katiúscia Fernandes – Assistente de Programa
Maura Christie Acioli de Souza – Assistente Administrativo
Eliani Corrêa Santos – Assistente de logística
Aurélio Diaz – Assessor de Campo
Marcelo Sampaio Carneiro - consultor
Lucas Pereira Filho - Assessor de Comunicação

Projeto Bacias

Viviane Junqueira - Coordenadora do Projeto Bacias

Mudanças Climáticas e REDD

Leonardo Hasenclever - Especialista em Mudanças Climáticas e REDD

Gerência Financeira

Magda Lambert – Gerente Financeiro
Wlândia Alves da Silva – Assistente Contábil-Financeiro
Eliel Lima – Assistente financeiro
Elaine F. de Mattos – Assistente de projetos
André Bittencourt – Consultor

Gerência Institucional

Camila de Castro – Gerente Institucional
Alessandra Arantes – Coordenadora de Comunicação
Telma Cristina de Souza – Assistente Administrativo
Cleone Pereira dos Santos – Assistente Administrativo
Mariza Ferreira de Souza – Recepcionista
Laíde Rodrigues – Auxiliar de Serviços Gerais

4. LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Adafax - Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu

AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento

Anapu - Esperança Projeto de Desenvolvimento Sustentável

APA - Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental

Apramad - Associação dos Produtores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira

Atamp - Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativistas do Médio Purus

Beca - Bolsas de Estudo para a Conservação da Amazônia

Cafi - Centro de Treinamento da Amazônia Indígena

Capina - Cooperação e Apoio a projetos de Inspiração Alternativa

Cappru - Cooperativa Alternativa dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CE - Comunidade Europeia

Ceuc - Centro Estadual de Unidades de Conservação

CGPATX - Triunfo do Xingu

CIR - Conselho Indígena de Roraima

Cirad - Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Compi - Competitividade Industrial

Coomflona - Cooperativa Mista da Flona Tapajós

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CTI - Centro de Trabalho Indigenista

DLS - Desenvolvimento Local Sustentável

Ecam - Equipe de Conservação da Amazônia

FBB - Fundação Banco do Brasil

FFem - Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial

Fortis - Fortalecimento Institucional no Sul do Amazonas

Funai - Fundação Nacional do Índio

Gret - Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Idam - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil

Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

IFT - Instituto Floresta Tropical

Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INesc - Instituto de Estudos Econômicos
Infin - Informativo Financeiro do IEB
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
ISA - Instituto Socioambiental
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
Opan - Operação Amazônia Nativa
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC - Programa de Aceleração ao Crescimento
Padis - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável
PDA - Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PDLS - Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável
PNae - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNGati - Plano Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas
SDS – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
Sema - Secretaria Estadual de Meio Ambiente
Semmas - Secretaria Municipal
SFA - Serviço Florestal Americano
SFB – Serviço Florestal Brasileiro
SNuc - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TNC - *The Nature Conservancy*
Umiab - União das Mulheres Indígenas da Amazônia
UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas
Usaid - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
XAS - Xingu Ambiente Sustentável

5. SOBRE O IEB

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma associação civil brasileira sem fins lucrativos, voltado para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criado em 1998 e sediado em Brasília, no Distrito Federal, o IEB se destaca pela atuação em estabelecer pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade. Busca fortalecer as comunidades locais na autonomia da gestão dos seus territórios e dos recursos naturais, incentivando a participação, o diálogo permanente, a valorização das diferenças, e a atuação das populações locais.

O IEB desenvolveu uma reconhecida expertise em processos de articulação entre setores que, historicamente, tem tido dificuldade de aproximação e diálogo. Os programas e projetos da instituição atuam no setor de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável em suas diversas interfaces e com foco no bioma amazônico. Dentre os públicos se destacam: comunidades extrativistas, assentados, populações indígenas, profissionais e estudantes da área ambiental.

Missão

Capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos, e fortalecer a articulação de atores sociais para a construção de uma sociedade sustentável.

Prêmios Recebidos

2006

Primeiro lugar no Prêmio *Ford Motor Company* de Conservação Ambiental, na categoria Ciência e Formação de Recursos Humanos;

Segundo lugar no Prêmio Chico Mendes, na categoria organização não governamental, pela implementação inovadora na Amazônia do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (Padis). Troféu Baobá na II Mostra Internacional de Cinema Ambiental (Natal/RN) com o documentário “O divisor que nos une”.

2010

Prêmio de Reconhecimento e apreciação do Programa de Meio Ambiente da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), pela atuação no tema Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia.

2011

Certificação da metodologia do ecomapeamento como tecnologia social, pela Fundação Banco do Brasil. A metodologia foi aplicada no Projeto Bacias.

Prêmio Global 2011 (Dia Mundial do Meio Ambiente) pela experiência do Projeto Bacias que foi selecionado entre 700 projetos originários de diversos países do mundo onde estão localizadas as unidades industriais da *Anheuser-Busch Inbev*, maior grupo de cervejarias do mundo.

6. NOSSOS NÚMEROS EM 2011

54 organizações locais receberam apoio de fortalecimento institucional

741 pessoas participaram das atividades de capacitação

5 instâncias de decisão foram apoiadas e fortalecidas

10 unidades de conservação apoiadas na gestão participativa

5 organizações indígenas apoiadas e fortalecidas

9 terras indígenas apoiadas e fortalecidas em gestão ambiental territorial

10 publicações elaboradas e lançadas

Unidades de Conservação e Terras Indígenas apoiadas e fortalecidas com respectivos hectares

Áreas Protegidas	Hectares
RDS do Juma (AM)	589.611 ha
RDS do Rio Madeira (AM)	283.117 ha
Resex do Médio Purus (AM)	604.209 ha
Resex do Ituxi (AM)	766.940 ha
Resex de Canutama (AM)	197.986 ha
Flona de Humaitá (AM)	468.790 ha
Floresta Estadual de Canutama (AM)	150.589 ha
Flona de Balata-Tufari (AM)	1.077.000 ha
Flona do Tapajós (PA)	545.000 ha
Corredor Etnoambiental Tupi-Mondé (TI Igarapé de Lourdes, TI Roosevelt, TI Sete de Setembro, TI Zoró, TI Serra Morena, TI Aripuanã e Parque Indígena do Aripuanã - RO/MT)	3.522.754 ha
APA do Triunfo do Xingu	1.607.900 ha
Corredor Etnoambiental Tupi - Kawahiba (TI Nove de Janeiro, TI Jiahui)	276.131 ha
Total	10.690.027 ha

7. PROGRAMAS E PROJETOS

As atividades do IEB seguem quatro linhas de ação representadas, em menor ou maior intensidade, em seus programas e projetos, conforme seus objetivos principais:

- ✓ Fortalecimento Institucional;
- ✓ Manejo dos Recursos Naturais e gestão territorial;
- ✓ Apoio à pesquisa, formação e capacitação;
- ✓ Gestão do conhecimento.

7.1.FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O IEB visa aprimorar a participação de organizações na governança socioambiental, por meio do fortalecimento de suas estruturas gerenciais e sociopolíticas, e sua capacidade de diálogo e negociação.

Os projetos deste programa buscam desenvolver a base social com legitimidade, transparência e credibilidade, fortalecendo ações conjuntas com organizações da sociedade civil. O objetivo final é a autonomia e o aumento da capacidade de oferecer serviços de qualidade e de promover processos de mudança social.

7.1.1 Consórcio Fortis

Iniciado em 2006 e finalizado neste ano de 2011, o Consórcio Fortis - Fortalecimento Institucional no sul do Amazonas – é uma iniciativa liderada pelo IEB em parceria com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), com a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Conservação Estratégica (CSF), Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam).

O consórcio ampliou o diálogo entre diferentes atores sociais e políticos dos municípios da região do sul do estado do Amazonas para assegurar a conservação e o uso sustentável de recursos naturais. Teve como objetivo fortalecer as organizações locais para que elas pudessem enfrentar problemas associados ao avanço da fronteira de desmatamento.

Nos últimos quatro anos, o consórcio Fortis, frente aos novos projetos de infraestrutura do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) do governo federal, buscou posicionar as populações tradicionais dessa região para defender seus meios de subsistência na floresta e enfrentar pressões de desmatamento. Muitas terras indígenas e tradicionais continuam a sofrer pressão de madeireiros ilegais, grileiros e garimpeiros.

Assim, o Fortis desenvolveu módulos de formação para o fortalecimento institucional das organizações locais, tais como governança, cooperativismo e associativismo; legislação ambiental e áreas protegidas; manejo dos recursos naturais usando espécies como o cacau nativo e a castanha; sistemas agroflorestais; manejo de pesca, entre outros.

Financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o consórcio forneceu informações sobre o monitoramento das taxas de desmatamento e incêndios florestais e sobre

construção de estradas ilegais, produziu análises econômicas e políticas sobre o desmatamento, bem como sobre os incentivos necessários para evitar esse desmatamento. Fortaleceu a criação e discussão de agendas coletivas em temas como gestão participativa de unidades de conservação, consolidação de projetos de assentamento, acordos comunitários de pesca, manejo florestal comunitário e familiar, e regularização fundiária em terras federais.

Ao longo de sua execução, e em função dos resultados positivos, o Consórcio Fortis também logrou apoio financeiro adicional com a União Europeia, Fundação *Gordon e Betty Moore* e Fundo Vale. As parcerias estabelecidas resultaram maior acesso às políticas públicas disponibilizadas aos cidadãos e organizações locais, direcionadas para proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

As instituições que formaram uma rede de serviços públicos são o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Amazonas, o Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc), Instituto de Desenvolvimento Agropecuario e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), governos municipais e diversas organizações locais.

Números do Consórcio Fortis nos quatro anos de sua execução

✓ 77 organizações locais receberam apoio de fortalecimento institucional (técnica, assistência, cursos, workshops, ações conjuntas por meio de redes de trabalho);

✓ 5.579 pessoas participaram das atividades de capacitação em manejo dos recursos naturais, associativismo e cooperativismo, legislação ambiental e gestão territorial (3.784 homens e 1795 mulheres);

✓ 283 pessoas foram apoiadas para viajarem para outras regiões na Amazônia para troca de experiências em gestão e conservação;

✓ 09 conselhos e comissões de unidades de conservação e temáticos foram apoiados e receberam treinamento e assistência técnica. (*Conselho Deliberativo da Resex do Médio Purus, Conselho Deliberativo da Resex do Ituxi, Conselho de Gestão da RDS do Rio Madeira, Conselho de Gestão da RDS do Juma, Comissão dos Projetos de Assentamento de Humaitá e Manicoré, Comissão de Pesca de Humaitá, Comitê Operacional de suporte à Operação*

Arco Verde, Grupo de Trabalho de Pesca de Lábrea e Comissão Regional sobre Manejo Florestal Comunitário e Familiar);

- ✓ 08 unidades de conservação federais e estaduais receberam apoio para a gestão participativa por meio de formação técnica das lideranças.
- ✓ 05 organizações de povos indígenas foram fortalecidas para melhorar a gestão territorial em 18 territórios indígenas que totalizam 1.669.850 hectares.

Unidade de Conservação	Hectares
RDS do Juma	589.611 ha
RDS do Rio Madeira	283.117 ha
Resex do Médio Purus	604.209 ha
Resex do Ituxi	766.940 ha
Resex de Canutama	197.986 ha
Flona de Humaitá	468.790 ha
Floresta Estadual de Canutama	150.589 ha
Flona de Balata-Tufari	1.077.000 ha
Total	4.138.242 ha

7.1.2 Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável no Sul do Amazonas - PDLS

O Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável no Sul do Amazonas (PDLS) tem por objetivo fortalecer as capacidades dos poderes públicos municipais e das organizações da sociedade civil da região sul do estado do Amazonas visando a implementação de ações, políticas públicas, programas e projetos voltados para a conservação ambiental e apoio ao desenvolvimento local sustentável. Seu período de execução é de 2011 a 2013.

O projeto é um desdobramento das ações iniciadas pelo Consórcio Fortis, e tem o financiamento da Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Vale). Sua área de abrangência se estende a seis municípios do sul do Amazonas: Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré e Novo Aripuanã.

As relações construídas entre o IEB e organizações locais são alicerces para atuação da organização político sustentável na região. O principal papel desempenhado por essas organizações da sociedade civil se referem à aproximação, mobilização e articulação com as prefeituras municipais, bem como sua compreensão da necessidade de atuar como protagonistas das políticas públicas locais.

O PDLs iniciou suas ações diagnosticando a situação da gestão pública nos seis municípios beneficiados. Essas comunidades participaram da coleta de dados e auxiliaram na mobilização do poder público para a construção de uma agenda colaborativa. Esses diagnósticos foram matéria-prima para a realização do planejamento participativo entre os poderes públicos dos municípios e organizações da sociedade civil, gerando planos de trabalho voltados ao desenvolvimento local sustentável da região.

Entre os resultados desse primeiro ano de atuação estão:

- ✓ A produção de informações qualificadas sobre a situação atual da gestão pública municipal na região sul do Amazonas
- ✓ O mapeamento de políticas públicas federais e estaduais de apoio ao desenvolvimento sustentável para a região
- ✓ Acordos de cooperação técnica, firmados com prefeituras de Boca do Acre, Manicoré, Novo Aripuanã, Canutama e Humaitá
- ✓ Planos de trabalho elaborados pelos coletivos locais com a participação ativa do poder público municipal e sociedade civil
- ✓ Articulação entre as prefeituras municipais, organizações locais e esferas do governo federal como Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Operação Arco Verde, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério da Pesca, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- ✓ Capacitação sobre regularização fundiária, práticas de manejo de recursos florestais não-madeireiros, políticas de apoio à produção sustentável, e gestão territorial de áreas protegidas.

Nos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã, os esforços foram direcionados para a organização de fóruns sobre o desenvolvimento local, garantindo a participação de atores do poder público municipal e da sociedade civil organizada. Em Manicoré, o comitê de Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) elaborou um plano de trabalho para as atividades agroextrativistas. A prefeitura direcionou esforços para a elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos e da Política Municipal do Agroextrativismo. Em Novo Aripuanã, o trabalho está focado no

fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil, principalmente as de produtores agroextrativistas.

No município de Lábrea, o PDLS direcionou sua atuação para a implementação de políticas voltadas para o agroextrativismo e para o apoio à produção de madeira legalizada para atender o mercado local, e ao setor pesqueiro, visando inibir a pesca predatória e promover o manejo sustentável dos recursos pesqueiro da região. No município também foi firmada uma parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente visando desenvolver atividades junto às comunidades tradicionais residentes na Reserva Extrativista do Ituxi e na Reserva Extrativista do Médio Purus. O objetivo é prepará-los para uma participação qualificada nos conselhos deliberativos destas unidades de conservação. Destaca-se também a parceria entre o IEB e o Governo Federal para a viabilização da Operação Arco Verde para reduzir o desmatamento na região.

Em Boca do Acre, o IEB apoiou a criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do município, onde os representantes do poder público local do movimento social discutem regularmente as alternativas econômicas sustentáveis, regularização fundiária e o processo de licenciamento ambiental da pavimentação da BR-317, entre outros temas da região.

Em Canutama, o trabalho visa fortalecer a gestão das unidades de conservação e o ordenamento territorial do município, criar associações representativas das famílias residentes nas UCs estaduais, além de assessorar a implementação das práticas de Manejo Sustentável dos Recursos Naturais. Em parceria com a prefeitura, o PDLS está apoiando a organização comunitária na Reserva Estadual de Canutama e também o debate sobre manejo de pesca.

7.1.3 Projeto Xingu Ambiente Sustentável - XAS

O Xingu Ambiente Sustentável (XAS) é um projeto de fortalecimento institucional que dá suporte a governança socioambiental e ao desenvolvimento sustentável em São Félix do Xingu, no Pará. O projeto visa aprimorar os processos de articulação e desenvolvimento da agricultura familiar, objetivando a sustentabilidade no uso de recursos naturais do município. Em São Felix do Xingu, há uma mudança de escala com relação ao desmatamento e a sustentabilidade, e o projeto tem colaborado para ampliar e reforçar esse debate, principalmente no que diz respeito às práticas sustentáveis da agricultura familiar e suas demandas.

A construção do acordo pelo fim do desmatamento foi um dos debates mais importantes ocorridos nas audiências públicas, principalmente, sobre regularização fundiária, infraestrutura e produção sustentável.

O XAS tem contribuído para as alternativas produtivas da agricultura familiar. Os agricultores têm melhorado a produção cacaueteira em consórcio com outros plantios e desenvolvido um processo de certificação socioambiental das propriedades do cacau em conjunto com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), a Cooperativa Alternativa dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos (CAPPRU) de São Félix e a Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu (Adafax).

O período de execução do projeto XAS está dividido em duas fases: a primeira foi executada entre 2009 e 2010, e a segunda fase iniciada em 2011 com prazo de duração até 2013. O projeto tem como parceiro local a Adafax e é financiado pela Associação Vale para Desenvolvimento Sustentável.

Nos últimos três anos, diferentes iniciativas vem colaborando com os debates públicos e a ações na perspectiva da sustentabilidade. Entre essas iniciativas podemos destacar:

- Participação dos órgãos governamentais como Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria Municipal (Semmas) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) nos debates locais
- Participação de organizações da sociedade civil local e supra locais, como Adafax, CAPPRU, IEB, Imaflora, TNC, e mais recentemente o Imazon, nas discussões dos problemas socioambientais da região
- Fortalecimento de espaços públicos de debates sobre a problemática socioambiental em São Felix do Xingu.

O município avançou:

1. Assinando um pacto pelo fim do desmatamento
2. Estabelecendo metas e ações para a elaboração de uma agenda de sustentabilidade
3. Aproximando-se da meta de atingir 83% de seus imóveis rurais com Cadastro Ambiental Rural (CAR).
4. Formando uma rede local formada por 40 organizações da agricultura familiar
5. Estabelecendo uma parceria entre IEB e Secretaria do Meio Ambiente (Sema) do Pará para a capacitação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) do Triunfo do Xingu (CGAPATX)

6. Articulando políticas públicas federais voltadas para o município

7.1.4 Projeto de Fortalecimento Institucional em Barcarena

O IEB atua desde 2008 no município de Barcarena, no estado do Pará, desenvolvendo um programa de Fortalecimento Institucional como parte de um esforço mais amplo voltado para o enfrentamento dos problemas associados ao complexo industrial Albras/Alunorte e a empresa Imerys Rio Capim Caulim S/A, instaladas na região.

O complexo Albras/Alunorte impactou intensamente o modelo de produção do município com a desapropriação de aproximadamente 40.000 hectares de terras. Grandes áreas de floresta foram derrubadas, dificultando, assim, o acesso da população nativa aos recursos naturais para sua sobrevivência. A empresa Imerys Rio Capim Caulim S/A foi responsável pela contaminação dos igarapés e rios do entorno. Como consequência, a população residente nos cursos dessas águas foi afetada sem poder desempenhar suas atividades econômicas de subsistência, como a pesca, por exemplo, e tendo que abandonar temporariamente suas casas.

Partindo dessa realidade, o projeto Barcarena foi iniciado em 2009 a partir de uma solicitação do Ministério Público do Estado do Pará, como parte das ações de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para melhor definir as obrigações das empresas mineradoras, responsáveis pela degradação ambiental e social na região, em favor da biodiversidade e da sociedade local. As ações do TAC visam aumentar o diálogo entre diferentes atores sociais e políticos no município, para construir um novo patamar de relacionamento entre sociedade civil e empresas em busca da sustentabilidade.

O projeto Desenvolvimento de Capacidade Social de Barcarena busca estabelecer pontes entre conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade. A ideia é fortalecer as comunidades e organizações locais e desenvolver a base social com legitimidade, transparência e credibilidade, reforçando, assim, a governança e a ação conjunta das organizações da sociedade civil e do Estado (governos municipais, estadual e federal).

Foi criado um Comitê de Acompanhamento, que faz parte da construção de um espaço público em Barcarena, com atividades coletivas da sociedade civil, tem como foco o desenvolvimento organizacional das entidades. Também foram formados grupos de trabalho direcionados para temas como orçamento, comunicação, articulação com o Estado, empresas e intercâmbio.

O objetivo é ampliar a capacidade de decisões sobre processos inerentes aos projetos em curso, com divisão de responsabilidades, além de atualizar as informações administrativas do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) , incentivando o exercício coletivo de reflexão sobre o contexto.

Ao longo do ano foram realizados estudos que auxiliaram no atendimento de demandas estratégicas das organizações locais para subsidiar debates sobre políticas públicas, bem como trazer elementos qualitativos às organizações para o fortalecimento das suas redes de atuação em espaços públicos. Um desses estudos foi sobre o tema de responsabilidade social e empresarial.

Os esforços do IEB visam a constituição e formalização de um espaço público que propicie o diálogo intersetorial entre sociedade civil, empresas e Estado. O objetivo é dar densidade para esse diálogo com informação, sensibilização e pactuação junto aos diferentes segmentos.

O projeto teve seu prazo estendido até o final de 2013 (ou 2012? Fiquei na dúvida porque no texto do site estava 2012) graças aos recursos complementares recebidos no final de 2009 pela União Europeia.

7.1.5 Projeto Fortis BR-319

Iniciado em 2009, o projeto Fortis BR-319 (Fortalecimento Institucional das Unidades de Conservação da área de influência da BR-319) é voltado para o fortalecimento da Gestão Participativa das Unidades de Conservação (UCs) localizadas na área de influência da rodovia BR-319, no Sul do Amazonas, região que cada vez mais marcada pela ocupação ilegal de terras públicas, realização de atividades econômicas ilegais e exploração predatória de recursos naturais.

O projeto, que tem o apoio da Fundação Gordon e Betty Moore até 2012, promove atividades de capacitação de lideranças das comunidades tradicionais locais e dos técnicos e gestores públicos de áreas protegidas em temas relacionados ao processo de consolidação das UCs. Atuando em parceria com o ICMBio, Comissão Pastoral da terra (CPT) e Instituto Pacto Amazônico (IPA), o projeto apoia seis conselhos gestores de UCs na região e implementou um Fundo de Pequenos Apoios voltados para organizações de base comunitária.

Entre os temas das capacitação estão o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNuc), manejo de baixo impacto, produção agroecológica,

instrumentos de política ambiental e desenvolvimento sustentável, gestão financeira e administrativa de projetos.

Em 2011, a suspensão temporária das obras da BR-319 criou um contexto favorável ao processo de reordenamento territorial na região. No âmbito da sociedade civil, o ano foi marcado por iniciativas que representaram a retomada de processos de articulação em rede, mobilização e negociação de demandas de agendas junto ao Estado. O IEB e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) promoveram diversos encontros que se constituíram em ricos espaços de debate e formulação de propostas com governos federais e estaduais.

Durante o Encontro dos Conselheiros Extrativistas do Sul do Amazonas e Norte de Rondônia, que ocorreu entre os dias 9 e 11 de novembro de 2011, no município de Lábrea (AM) foi elaborada a “Carta de Lábrea”, que apresentou o resultado de discussões e reflexões sobre a gestão participativa desenvolvida nas Unidades de Conservação. A carta representa um trabalho de vários anos em favor do fortalecimento político, organizativo e institucional dos grupos sociais da região de influência da BR-319.

7.1.6 Consórcio Paisagens Indígenas do Brasil (PIB)

Liderado pela organização *The Nature Conservancy* (TNC), o consórcio Paisagens Indígenas do Brasil (PIB), iniciado em 2006, teve como objetivo fortalecer as organizações indígenas da Amazônia brasileira para torná-las mais aptas a influenciar políticas públicas e tomar decisões sobre a gestão dos territórios indígenas contemplados pelo projeto e áreas do entorno. O ano de 2011 foi o período de finalização do consórcio que recebeu apoio financeiro da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Dentro do PIB, o reforço das capacidades institucionais e de incidência política com as organizações indígenas é obtido por meio de uma variedade de atividades de capacitação formal e informal. Além do IEB, o consórcio é formado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), pelo Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR). O desafio do IEB foi demonstrar como o fortalecimento institucional das organizações indígenas pode levar resultados positivos na gestão territorial e na conservação da biodiversidade.

O Consórcio PIB colaborou com a elaboração do Projeto de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (GATI), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Prestou apoio técnico aos grupos indígenas em consultas públicas para a elaboração da versão final do projeto e dos planos operacionais anuais. O consórcio auxiliou na instalação de um Comitê Gestor que promove o apoio político e estratégico para o projeto, formado pelas organizações indígenas, MMA e FUNAI.

Na construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), o PIB teve um papel importante de contemplar, discutir e fazer sugestões sobre o Decreto dentro do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto por representantes da FUNAI, MMA, organizações indígenas e não-governamentais parceiras. O PIB organizou reuniões preparatórias para o aprofundamento dos temas indígenas em várias regiões brasileiras.

O Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi) foi criado em 2006 para atender uma demanda dos povos indígenas para melhoria da capacidade técnica, gestão e controle dos territórios indígenas. O Cafi recebeu apoio financeiro do PIB a partir de 2008, parte desse recurso auxiliou a diplomação de 60% dos cursistas indígenas entre 2008 e 2011. Em 2010, o Cafi foi agraciado com o Prêmio Chico Mendes, que considerou critérios como eficácia, impacto social e ambiental, potencial de difusão, originalidade, adesão e participação social.

O PIB também apoiou o fortalecimento institucional da COIAB. A colaboração resultou na melhoria da prestação de contas dos projetos, na incorporação de um planejamento de ações estratégicas, além da melhoria no controle social. Coube ao IEB a aplicação de ferramentas para o fortalecimento institucional, como a revisão do Estatuto de Elaboração, a implementação do Estatuto Interno e do Manual de Políticas e Procedimentos, além da contratação de contabilidade terceirizada e aconselhamento jurídico para a organização. O PIB também ajudou na campanha para arrecadação de fundos do “Fundo Pixirum”, com objetivo de saldar suas dívidas trabalhistas.

No Oiapoque, o consórcio apoiou o fortalecimento do Conselho de Chefes Indígenas, que não é uma instância formal de tomada de decisões, mas que vislumbra essa perspectiva para o futuro. Na região ainda não existe uma organização comunitária formalizada.

Em Roraima, o PIB focou suas ações de fortalecimento institucional para apoiar o Departamento de Meio Ambiente do Conselho Indígena de Roraima (CIR), colaborando com a implantação do Programa de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas para o Nordeste de Roraima.

O desafio foi promover iniciativas indígenas para construir novos modelos e arranjos organizacionais especialmente nas áreas de gestão administrativa e financeira. Espera-se que as metodologias e ferramentas desenvolvidas no PIB possam ter efeito como instrumentos permanentes de implantação da PNGATI.

7.2 MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS E GESTÃO TERRITORIAL

O IEB tem por objetivo promover a inclusão socioambiental das populações da Amazônia por meio da gestão territorial e da adoção de práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, visando a redução do ritmo de devastação ambiental. A população beneficiária dos projetos nesta linha de atuação é composta por pequenos produtores familiares, assentados, famílias ribeirinhas e comunidades indígenas.

7.2.1 Consórcio Floresta em Pé

O Consórcio Floresta em Pé atuou de 2007 a 2011 na região de Santarém, no estado do Pará, e teve como objetivo contribuir para o manejo sustentável de recursos florestais na Amazônia brasileira promovendo parcerias equilibradas entre empresas e comunidades. Foi desenvolvido em uma parceria entre Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad), Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos (Gret), e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), e com o apoio financeiro do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFem).

Ao longo de seu desenvolvimento, o consórcio apoiou algumas experiências e as populações locais tiveram melhorias em suas rendas. As experiências selecionadas foram: O caso da Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona) e o caso das Associações de Colonos de São Mateus e Santo Antônio dos Projetos de Assentamento de Moju I e II.

A Coomflona ao longo do projeto identificou e articulou parcerias e isso trouxe a consolidação de uma matriz de ações prioritárias resultando na rearticulação de um grupo de trabalho composto por organizações governamentais, não-governamentais e universidades que dão apoio às atividades da cooperativa.

A cooperativa é formada por mais de 150 cooperados de 23 comunidades da Floresta Nacional do Tapajós, localizadas nos municípios de Belterra e Aveiro. Além do manejo madeireiro, a Coomflona desenvolve trabalhos com a extração de óleos vegetais, o reaproveitamento de madeira para a construção de móveis e a coleta de sementes para a elaboração de biojóias. O IEB assessorou a cooperativa apoiando a profissionalização de aspectos administrativos como transparência financeira e elaboração de contratos com o mercado da madeira, entre outros.

Com as Associações de Colonos de São Mateus e Santo Antonio dos Projetos de Assentamento Moju I e II, o IEB desenvolveu um estudo sobre a organização social produtiva para o beneficiamento e a comercialização de produtos florestais não-madeireiros. A ONG Cooperação e Apoio a projetos de Inspiração Alternativa (Capina) prestou assessoria para empreendimentos de economia solidária. A instituição auxiliou na construção de uma estratégia para a comercialização do óleo de andiroba. O consórcio também auxiliou no desenvolvimento das habilidades necessárias para um relacionamento justo entre empresas e comunidades dentro do assentamento, especialmente com o setor madeireiro.

Em 2011, o Floresta em Pé consolidou uma avaliação das atividades desenvolvidas junto às comunidades e sistematizou os resultados obtidos ao longo do projeto a partir da publicação “Relação entre empresas, governos e comunidades na Amazônia Brasileira: reflexões e propostas”. O consórcio qualificou as demandas e encaminhamentos para o fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar em áreas de assentamento e unidades de conservação.

A experiência do Floresta em Pé trouxe algumas recomendações para o cenário do Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Entre elas estão: a importância da implementação efetiva de um processo de crédito condizente com o tempo e natureza da atividade; assistência técnica em vários níveis, cooperativismo, comercialização e mercado; procedimentos de anuência e licenciamento ambiental das áreas de assentamento Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e Unidades de Conservação (Plano de Manejo na Unidade, Criação de Conselho Consultivo e Concessão Real de Uso para as comunidades); regularização ambiental das propriedades rurais.

7.2.2 Projeto Fronteiras Florestais

O Projeto Fronteiras Florestais busca fortalecer a capacidade das organizações da sociedade civil e do poder público no município de Humaitá, no Amazonas, e em São Felix do Xingu, no estado do Pará, atuando em questões relacionadas ao ordenamento territorial, à promoção de uso alternativo dos recursos naturais e à implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional.

O consórcio é formado pelo IEB em parceria Adafax (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu), Instituto Pacto Amazônico, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e Grupo de Pesquisas e Intercâmbios Tecnológicos (Gret). O financiamento é da Comunidade Europeia e seu período de execução é de 2009 a 2012.

Em 2011, o Fronteiras Florestais direcionou suas atividades para a implementação, a discussão e o monitoramento dos experimentos implantados, e para a divulgação dos resultados preliminares. O avanço dos experimentos é visível, bem como o envolvimento das comunidades com as boas práticas de agricultura familiar. O próximo passo é iniciar a sistematização das experiências e publicar os resultados.

Em São Felix do Xingu, em parceria com o Projeto Xingu Sustentável, foi desenvolvido o fortalecimento institucional das organizações locais, a fim de gerar capacidades para a intervenção propositiva e qualificada junto às políticas públicas. Foram envolvidas 30 pequenas organizações locais em atividades de capacitação em gestão territorial. Junto a Adafax, o fortalecimento institucional foi direcionado para temas como administração interna, gestão orçamentária, gestão de relações institucionais, elaboração de projetos. Realizou-se um processo de planejamento estratégico de modo a auxiliar a organização e reavaliar sua trajetória.

O Gret e o IEB também apoiaram a Adafax para melhorar sua organização interna para gestão financeira (contabilidade e gestão orçamentária). Esse apoio favoreceu a melhoria na qualidade da gestão das suas relações institucionais com seus parceiros locais para a implantação da rede de agricultores de referência em agricultura familiar, e com os poderes públicos no processo de discussão para o fim do desmatamento ilegal e para a elaboração de projetos.

O IEB e a Adafax têm influenciado positivamente a estruturação de uma Agenda da Sustentabilidade com o intuito de fomentar ações prioritárias e imprescindíveis ao cumprimento do Pacto pelo Fim do Desmatamento.

7.2.3 Consórcio Garah Itxa

Com a proposta de vincular conservação da biodiversidade e gestão territorial indígena, o consórcio “Garah Itxa: corredores etnoambientais na Amazônia brasileira” atua no fortalecimento das organizações e no desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis para os povos indígenas nos corredores etnoambientais Tupi-Mondé e Tupi-Kagawahiwa, situados nas região que engloba o nordeste de Rondônia, o noroeste de Mato Grosso e o sul do Amazonas, e onde estão situadas 13 terras indígenas.

O consórcio Garah Itxa é liderado pelo IEB em parceria com cinco organizações brasileiras: Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí (Gamebey), Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé e Conservação Estratégica (CSF Brasil), Coordenação das Organizações Indígenas da

Amazônia Brasileira (COIAB) e Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM). Foi financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Seu período de execução é de 2009 a 2012.

Ao longo de 2011, o consórcio Garah Itxa realizou atividades que auxiliaram no aprimoramento e no intercâmbio de temas como governança florestal, fortalecimento institucional e gestão ambiental e territorial na Amazônia.

Uma dessas atividades foi a reunião do Comitê Executivo do Consórcio, que aconteceu entre os dias 24 e 26 de fevereiro de 2011. Seu principal objetivo foi nivelar o conhecimento e promover compartilhamentos entre os parceiros nos temas de comunicação, ecoturismo em terras indígenas, atividades econômicas sustentáveis, além de buscar uma abordagem conjunta das ferramentas de governança.

Em 2011, o IEB participou do *Seminário de Constituição do Parlamento Paiter Suruí*, que resgatou a estrutura de governança tradicionalmente utilizada antes do contato com os não-indígenas pelo povo Suruí. O Parlamento é formado por um conselho de anciões e um chefe maior, e tem poderes consultivos e deliberativos. Uma das funções é a construção do diálogo entre os Suruí para implementação dos projetos socioambientais baseados no Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro.

O IEB também organizou o *curso Atividades Econômicas Sustentáveis em Terras Indígenas englobando* informações sobre pagamentos por serviços ambientais e REDD+. Participaram 18 representantes de associações indígenas das etnias Suruí, Zoró, Gavião, Jamamadi, Jiahui, Mura, Parintintin, Tucano e Tupari, que fazem parte dos corredores etnoambientais Tupi-Mondé e Tupi-Kagawahiwa

O Consórcio Garah Itxa também conseguiu promover sinergias com outras organizações e projetos que estão desenvolvendo ações de gestão territorial indígena, como o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), com o projeto “Isolados” e o programa Operação Amazônia Nativa (Opan) com o consórcio “Aldeias”. Nos dois casos foi possível ampliar a reflexão sobre as metodologias utilizadas para a gestão ambiental e territorial indígena.

O IEB também realizou atividades de desenvolvimento organizacional com as organizações indígenas Associação Metareilá, Coiab, União das Mulheres Indígenas da Amazônia (Umiab), Associação do Povo Indígena Jiahui e Coordenação das Organizações Indígenas do Povo Cinta Larga.

7.2.4 Forest Interprise Cluster

O consórcio Forest Interprise Cluster é liderado pelo Serviço Florestal Americano (SFA) e as atividades do IEB têm por objetivo o fortalecimento das organizações comunitárias e das redes sociais para promoção do manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira. Os parceiros na execução das ações são Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Instituto Floresta Tropical (IFT), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). O projeto tem o financiamento da e seu período de execução é de 2007 a 2012.

Em 2011, o IEB avançou em algumas iniciativas para fazer do manejo florestal familiar uma alternativa para a conservação da floresta e para a geração de emprego e renda. No Pará, o governo do estado está internalizando a elaboração de uma política estadual de apoio à comunidade e manejo florestal familiar. No estado do Amazonas, há uma tendência semelhante. Foram realizadas mudanças nos procedimentos técnicos para melhor adaptar a realidade das comunidades locais. No Amapá, o IFT dá passos importantes para fortalecer o manejo florestal comunitário e familiar por meio da regulamentação de projetos de assentamento.

Todos esses esforços fazem parte de um processo de fortalecimento de um programa federal de promoção do manejo florestal comunitário e familiar que se encontra em implementação pelo Ministério da Reforma Agrária e do Ministério do Meio Ambiente, e têm sido influenciados, direta ou indiretamente, pelo projeto do consórcio Cluster. Entre os resultados obtidos, destacamos o início do processo de elaboração de uma Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar para o Pará.

O projeto Cluster também apoiou a sistematização de uma experiência comunitária de gestão do camarão em Gurupá, no Pará. Essa experiência serve de base para a formação profissional de jovens e lideranças que também estão envolvidas na implementação do manejo florestal familiar.

O consórcio auxiliou na construção do conhecimento sobre o manejo florestal comunitário e familiar com a realização de dois seminários: um voltado para a certificação florestal em assentamentos com 70 participantes, e outro sobre formação profissional para o manejo florestal na Amazônia, com 150 pessoas.

Houve também investimento em intercâmbios e treinamentos com 25 estudantes que mostraram técnicas silviculturais e experiências de manejo florestal comunitário com açaí e buriti. Seis alunos foram selecionados para

participar de experimentos de manejo florestal comunitário e familiar nas comunidades de Esperança, no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (Anapu), Porto de Moz (Arimum e comunidades Verde para Sempre) e Gurupá (comunidade Ilha das Cinzas).

Após o regresso das comunidades, os estudantes relataram a oportunidade de vivenciar na prática os dilemas e dificuldades das comunidades na gestão dos seus recursos naturais. A experiência foi fundamental como um complemento à sua formação técnica. Ao longo do ano, três publicações produzidas contribuíram para a disseminação do conhecimento gerado sobre o manejo florestal comunitário e familiar.

7.3 APOIO À PESQUISA, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

O IEB contempla iniciativas de fomento à pesquisa, de apoio a formação profissional e de desenvolvimento da capacidade técnica de indivíduos que atuam em projetos voltados à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável.

7.3.1 Projeto Bacias

O Projeto Bacias tem o objetivo de promover a mobilização social para viabilizar a recuperação ambiental na microbacia do córrego Crispim, fortalecendo o Comitê de Bacia Hidrográfica do Paranoá. Também realiza o monitoramento da qualidade da água em seis córregos na região conhecida como Serrinha do Paranoá (Córregos Urubu, Torto, Palha, Jerivá e Taquari), componentes da microbacia hidrográfica que formam o Lago Paranoá Norte que abastece o Distrito Federal.

O projeto é financiado pela empresa Ambev e executado em parceria com o WWF-Brasil, como parte do Movimento Cyan - campanha da Ambev para mobilizar a sociedade sobre a importância da conservação da água. Seu período de execução é de 2010 a 2012.

Em 2011, dados da pesquisa realizada em parceria com a Faculdade JK, foram reunidos e organizados em uma pequena publicação “O Diagnóstico Socioambiental da Microbacia do Córrego Crispim”, que foi o principal instrumento de debate utilizado durante o Café Social da Microbacia do Córrego Crispim, organizado em maio do mesmo ano.

Durante o encontro, as 52 lideranças debateram os principais problemas ambientais e sociais da microbacia e, a partir do diálogo horizontal e colaborativo, elegeram as prioridades de intervenção para sua recuperação ambiental.

Alguns funcionários da Ambev, também moradores da região, participaram do Café Social e ajudaram a definir as prioridades de intervenção. Entre os temas eleitos como prioritários estavam: revitalização, recuperação e reflorestamento da microbacia do Crispim; ocupação dos espaços públicos, criação de acesso ao córrego (com trilhas sinalizadas); criação de um local de lazer e convívio social; educação e sensibilização da comunidade para as questões ambientais; maior fiscalização ambiental e segurança; e promoção conjunta de ações entre governo, empresa e comunidade.

Em 2011, o projeto também iniciou o monitoramento da qualidade da água, tanto no Córrego Crispim, realizado por um funcionário da Ambev, quanto na Serrinha do Paranoá, onde foram selecionados os voluntários para a atividade. Mensalmente, os voluntários se reúnem para monitorar a qualidade da água dos córregos em sistema de rodízio. Os moradores das microbacias também são convidados a participar do monitoramento. Para realização das atividades, os monitores se capacitaram sobre Política Nacional de Recursos Hídricos e parâmetros técnicos utilizados para medir o índice de qualidade da água.

Já os moradores do Córrego Crispim e as lideranças locais participaram de uma capacitação no tema articulação de redes sociais, que visou auxiliar as lideranças no processo de auto-organização, trocas e compartilhamentos. Durante a oficina, as lideranças definiram que o viveiro de mudas, construído no Clube de Funcionários da Ambev, como forma de atendimento às prioridades elencadas no Café Social do Crispim, deverá ser utilizado como um espaço-educador, onde poderão ser realizadas as atividades de educação ambiental para a população da microbacia. O viveiro de mudas tem capacidade para produzir 10.000 mudas ao ano.

Como forma de ampliar a divulgação sobre o Projeto Bacias para os moradores locais e do Distrito Federal, no segundo semestre de 2011, foram organizadas duas exposições fotográficas. A primeira delas foi organizada na galeria do Correio Brasiliense com material do fotógrafo Gabriel Romeo que também é voluntário para o monitoramento do Córrego do Palha. O tema da exposição era a conservação do Cerrado.

A segunda exposição foi organizada em um varal fotográfico e mostrava os principais momentos do monitoramento da qualidade da água realizado na Serrinha do Paranoá. Esta exposição-varal fez parte da Festa da Primavera do Núcleo Rural do Córrego Urubu e também ficou montada por duas semanas no Bálsamo SPA, localizado no Núcleo Rural do Córrego do Bálsamo.

7.4. GESTÃO DO CONHECIMENTO

Por meio da Gestão do Conhecimento, o IEB sistematiza, organiza, publica e divulga relatos, abordagens, metodologias e reflexões, resultantes das atividades de seus programas e projetos, e de sua interação com diversos contextos, atores e dinâmicas socioambientais. O objetivo é fazer o conhecimento circular por universidades, instituições de ensino, ONGs, organizações de base e movimentos sociais, e promover uma discussão qualificada. O portfólio publicações reúne um documentário e 46 livros publicados, disponíveis on-line ou à venda em nossa loja virtual. Os recursos advindos da comercialização desses produtos são aplicados em um Fundo de Publicações e revertido em apoio às novas obras.

Publicações de 2011

Projeto Bacias - Ecomapeamento da Microbacia do Córrego Crispim

A publicação é resultado do trabalho desenvolvido pelo Projeto Bacias e também um subsídio importante para sua continuidade. Deverá ajudar em reuniões, discussões e conversas com a comunidade e suas lideranças para que possam construir um plano de ação em defesa das águas da microbacia do Crispim.

Análise de Acordos entre Empresas e Comunidade

A publicação faz uma análise da implementação de contratos formais e informais entre empresas e assentados para a exploração, processamento e comercialização de produtos florestais.

Regularização Fundiária e Manejo Florestal Comunitário na Amazônia

A publicação descreve o protagonismo das comunidades de Gurupá, no estado do Pará, que de forma participativa definiram as formas de uso de suas terras por meio de um processo de criação de unidade de conservação. Os relatos afirmam que a garantia dos direitos fundiários das populações tradicionais é pré-condição para a adoção e a consolidação de boas práticas de manejo e uso sustentável dos recursos naturais.

Memorial da Luta pela Reserva Extrativista do Ituxi em Lábrea

A publicação mostra ao leitor o que levou um grupo de lideranças comunitárias do interior da Amazônia a se reunir em uma associação, demandar do governo federal a criação de uma reserva extrativista e ir até o presidente da república para defender a sua proposta. O texto registra o

balanço que o grupo faz da sua trajetória, identificando lições aprendidas para si e para outras instituições com as quais se relaciona. É uma maneira de aprender sobre organização social na Amazônia, olhando para os desafios, dificuldades, dilemas e motivações de quem está trilhando este caminho por sua própria conta e risco.

Organização Social na Amazônia: Uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira

Organizado por Roberta Amaral de Andrade, assistente de campo do IEB, com o apoio da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira (Apramad), a publicação conta a história bem sucedida sobre os caminhos e os desafios que as lideranças comunitárias da região tiveram para conquistar a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira, nos municípios de Novo Aripuanã e Manicoré, no sul do Amazonas.

Memorial da Luta pela Reserva Extrativista do Médio Purus em Lábrea - AM: Registro da mobilização social, organização comunitária e conquista da cidadania na Amazônia

Organizado por Josinaldo Aleixo, a publicação de autoria coletiva conta com a contribuição da Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativistas do Médio Purus (Atamp). O livro relata a história de luta que as comunidades ribeirinhas do Médio Purus, entre as cidades de Pauini e Lábrea, no Amazonas, enfrentaram para encontrar seu lugar em meio aos inúmeros conflitos da região.

PAMINE: O Renascer da Floresta

A publicação Pamine: O Renascer da Floresta, relata o sonho do povo Paiter em devolver para a floresta o que dela foi tirado. O livro sistematiza a experiência do povo indígena Paiter, que após concluir um diagnóstico agroambiental da Terra Indígena Sete de Setembro (RO) perceberam que 7% da floresta estava desmatada. De posse dessa informação articularam parceiros, lideranças, jovens, homens, mulheres, crianças e idosos para um projeto de reflorestamento com espécies nativas.

Associação é para fazer juntos

Escrito por José Strabeli, cientista social e consultor em gestão de associações, a publicação explica que a criação de uma associação deve ser resultado de um processo coletivo e sua atuação deve ser marcada também pela participação efetiva de seus associados. Usando a narrativa fictícia da

Associação Jequitibá, trata dos processos e exigências para a criação de uma associação, ferramentas de diagnóstico participativo, planejamento, elaboração e execução de projetos, gestão administrativa e financeira, além de possíveis problemas enfrentados pelas associações nessa trajetória.

Cruzando Saberes: Etnoecologia e Caça no Rio Cuieiras

A bolsista do programa Bolsas de Estudo para a Conservação da Amazônia (Beca), Marilena Altenfelder de Arruda Campos, foi a vencedora do Prêmio Beca de melhor dissertação de mestrado. Como prêmio, a autora recebeu o apoio para publicar sua tese. A publicação aponta a necessidade de diálogo entre os saberes, através das histórias e estratégias dos caçadores do Rio Cuieiras, no Amazonas. O livro aborda aspectos das diferentes disciplinas como a biologia da conservação, a antropologia, a ecologia humana e a etnoecologia.

8. GESTÃO FINANCEIRA

O IEB tem se esforçado ao longo de sua história para ampliar e qualificar a gestão financeira de seus programas e projetos. Essa busca por qualificação e aprimoramento está diretamente relacionada à complexidade de se administrar recursos de fontes variadas.

O IEB aporta, assim, o devido cuidado em cumprir as exigências legais e fiscais por parte do governo brasileiro para garantir o atendimento às demandas específicas de uma gama diversificada de doadores.

Ao longo de 2011, e com periodicidade mensal, a área financeira produziu o Informativo Financeiro do IEB (Infin), com objetivo de apresentar aos gestores o andamento da execução financeira e informações sobre as alterações dos projetos, além de mostrar o desempenho dos recursos institucionais.

Em 2011, a área financeira atualizou o Manual de Governança do IEB e produziu o Manual de Gestão Financeira de Projetos para IEB e parceiros. Este documento decodifica as políticas dos principais doadores, orienta políticas e procedimentos da organização e fortalece a gestão dos recursos de projetos.

O manual define políticas sobre integridade, conduta e ética nas negociações. Combina a gestão técnica com a gestão administrativa e financeira, estimula boas práticas, sugere procedimentos de controle interno, plano de contas, padrão de custos, gestão de adiantamentos, procedimentos de aquisição e contratação, segregação de tarefas, administração de propriedade, ativos e remuneração, política de recursos humanos e de viagens, planejamento, avaliação e monitoramento e redação de relatórios. O objetivo principal foi padronizar os procedimentos de gestão financeira para o cumprimento legal, salvaguardando as práticas e os ativos institucionais.